

CONTRATO CEDAE N.º **144** /2018 (DF)que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS S/A**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS S/A**, estabelecida na Sia Trecho 08, lotes 150/160, Setor de Indústria e Abastecimento, Brasília-DF, CEP 71.205-0890, inscrita no CNPJ sob o n.º 972.653.009/0001-02, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. FABIO BERTOZZI, portador da cédula de identidade nº 692579 (SSP-DF), inscrito no CPF sob nº 258.319.761-49, residente e domiciliado na SHIS QI 19, chácara 10 – casa C, Lago Sul, Brasília-DF, CEP 71655-720, Diretor Financeiro, Sr. MARCOS PAULO DE ALMEIDA PRIETO, portador da cédula de identidade nº 2452937 (SSP-DF), inscrito no CPF sob nº 023.514.251-46, residente e domiciliado no Condomínio Jardins do Lago, Quadra 01, Rua das Sucupiras, Casa 13, Brasília-DF, CEP 71.680-372 resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.383/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 357/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDAE**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Pregão Eletrônico nº 357/2018**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. VEÍCULOS
03	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN (TRANSPORTE DE PASSAGEIROS) / SEM MOTORISTA / 30 DIAS / À DISPOSIÇÃO / SEM COMBUSTÍVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DESCRITA NO SUBITEM 4.1 DO ANEXOVI DO EDITAL- TERMO DE REFERÊNCIA.	20

*PLANILHA DETALHADA E ESPECIFICADA NA PROPOSTA DA CONTRATADA INSERIDA ÀS FLS. 713 DO PROCESSO E-07/100.383/18.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

Parágrafo Primeiro - O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no artigo 57, II, da Lei 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **CEDAE**.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que

possuir pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, designando e mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Observado o disposto no Artigo 68 da Lei 8.666/93, o preposto, deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica.

Parágrafo Terceiro - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Sexto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Oitavo - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Nono - Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

Parágrafo Décimo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Décimo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

Parágrafo Décimo Segundo - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,

Parágrafo Décimo Terceiro - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Décimo Quarto - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo Quinto - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Sexto - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Fonte de Recursos: 10.
Código Orçamentário: 33903913.
Programa de Trabalho: 2200022016.
Conta Contábil: 411110312.
Centro de Custos: DP22010000.
ID da Reserva Orçamentária: 2018000871

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

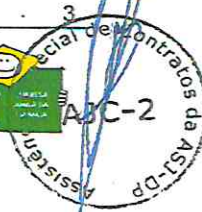
Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 2.168.644,80 (dois milhões, cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. VEÍCULOS	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL MENSAL (R\$)	TOTAL ANUAL (R\$)
03	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN (TRANSPORTE DE PASSAGEIROS / SEM MOTORISTA / 30 DIAS / À DISPOSIÇÃO / SEM COMBUSTÍVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DESCRITA NO SUBITEM 4.1 DO ANEXO VI DO EDITAL- TERMO DE REFERÊNCIA.	20	4.518,01	90.360,20	1.084.322,40
TOTAL 24 MESES (R\$):					2.168.644,80

*PLANILHA DETALHADA E ESPECIFICADA NA PROPOSTA DA CONTRATADA INSERIDA ÀS FLS. 713 DO PROCESSO E-07/100.383/18.

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, despesas com mão de obra do preposto, lucros e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços bem qualquer despesa de remoção, guincho, manutenção e reparo de defeito ou avaria do veículo, despesas referentes ao licenciamento como: emplacamentos, taxas e impostos dos veículos, bem como aquelas referentes a multas de trânsito e tarifas de pedágio, observando-se o disposto no subitem 5.20 do Anexo VI do edital - Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:



$$R = Po \begin{bmatrix} I - Io \\ Io \end{bmatrix}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento

Io = INPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

a - Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

b - O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.

c - O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

d - Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.

Parágrafo Terceiro - As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

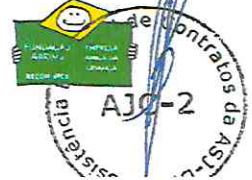
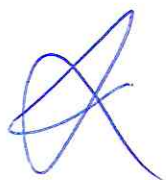
a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços



executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - . De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 - No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo décimo primeiro da Cláusula Quarta do Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

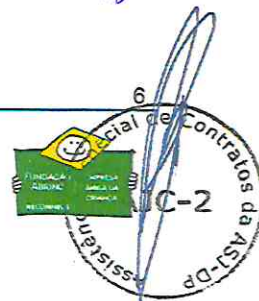
Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Sexto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.



Parágrafo Sétimo - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 24 (vinte e quatro) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VII deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos terceiro e quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo décimo primeiro da cláusula quarta do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO



O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a sub-rogação;; a subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização escrita da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

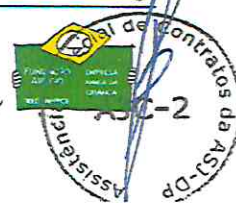
- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CEDAE**.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.



b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

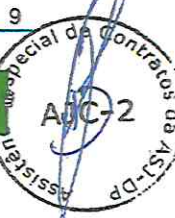
Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.



b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a **CEDAE**, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Quinto - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

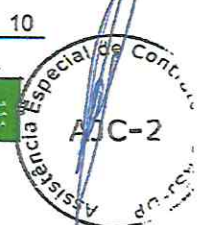
Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

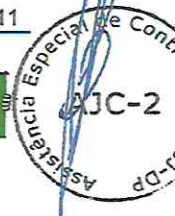
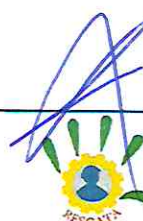
Parágrafo Terceiro - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Quarto - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quinto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Sexto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), será exigido, ainda, o seguro multiriscos básico, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sétimo - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.



Parágrafo Oitavo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias (ou 6 meses – conforme estabelecido no prazo de execução dos serviços do termo de referência, se em meses ou dias).

Parágrafo Nono - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Décimo - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena da multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VIII do edital de licitação.

Parágrafo Décimo Segundo - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Terceiro - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Quarto - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

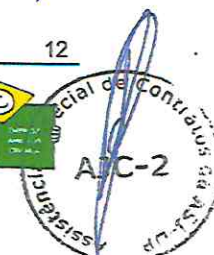
Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link: www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.



Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

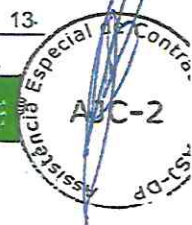
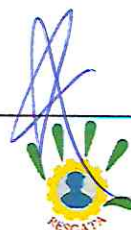
A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados, a Srª MICHELLE EVANS MIQUELINO DA SILVA, portadora da identidade nº 2189356 SSP/DF, que fica autorizada a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter a profissional indicada na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o Instrumento de Medição de Resultado -IMR, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 357/2018 - ASL-DP (Processo E-07/100.383/2018) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2018.

Pela CEDAE:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HÉLIO MOREIRA CABRAL
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

P Pela CONTRATADA:


FABIO BERTOZZI
Diretor Presidente


MARCOS PAULO DE ALMEIDA PRIETO
Diretor Financeiro



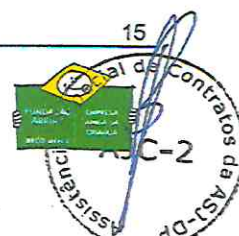

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-QUALITY-ALUGUEL-DE-VEÍCULOS-serviço-de-locação-de-veículos-de-representação-e-utilitários-PE-357-2018.

Anexo

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMRANEXO AO CONTRATO CEDAE Nº 144, 2018 (DF).**1. Disposições gerais**

1.1 - Fica estabelecido entre as partes o denominado "Instrumento de Medição de Resultado" – IMR, que será parte integrante do instrumento contratual, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA**;

1.2 - O IMR será definido como um pacto firmado entre **CEDAE** e a **CONTRATADA**, por meio do qual serão estabelecidas metas de nível de serviço, além das responsabilidades das partes envolvidas.

1.3 - A medição da qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA** será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

1.4 - O IMR mostra-se necessário para viabilizar a própria contratação, imprimindo maior dinamismo na responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais infrações contratuais, refletindo em uma prestação de serviços mais eficiente.

1.5 - As situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a **CONTRATADA** das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

2. Do sistema de pontuação

2.1 - Para cada espécie de infração – branda, moderada ou grave – será atribuída uma determinada pontuação ao CONTRATANTE, na forma da tabela abaixo:

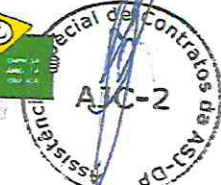
Tipo	Ocorrência	Valoração
Brandas	1. Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência não especificada nesta tabela. 2. Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	01 Ponto
Moderadas	1. Deixar de substituir veículos com rendimento insatisfatório ou que tenha condição incompatível com as normas de trânsito vigentes; 2. Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal.;	02 Pontos
Graves	1. Demora na substituição dos veículos, não justificada ou não aceita pelo Comissão de Fiscalização, ultrapassando período superior estabelecido nesse Termo de Referência. 2. Retirar veículos do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CEDAE.	03 pontos

3. Da faixa de ajuste no pagamento

3.1 - A depender da pontuação acumulada pela **CONTRATADA** ao longo do mês em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela **CEDAE**, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

Pontuação	Ajuste
02 pontos	Desconto de 1% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 2,5% sobre o valor total da fatura mensal

16



04 pontos	Desconto de 4% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 6% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 7,5% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 9% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal

3.2 - Para que seja feito o desconto percentual da fatura, deverá ser observado o seguinte procedimento:

3.2.1 - Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias corridos.

3.2.2 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.

3.2.3 - Em caso de não acolhimento das razões do prestador de serviço pela Comissão de Fiscalização, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irreversível.

3.2.4 - Ressalte-se que a inserção das aludidas cláusulas não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual, além das demais penalidades específicas.

4. Das demais penalidades e do foro:

4.1. O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como daquelas estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual.

4.2. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro.

Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 2018.

Pela CEDAE:

JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente

HÉLIO MOREIRA CABRAL
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:

FABIO BERTOZZI
Diretor Presidente

MARCOS PAULO DE ALMEIDA PRIETO
Diretor Financeiro

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-QUALITY-ALUGUEL-DE-VEÍCULOS-serviço-de-locação-de-veículos-de-representação-e-utilitarios-PE-357-2018.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHOS DO DIRETOR
DE 11.10.2018

PROCESSO Nº E-26/013/540/2018 - ILCA ARAUJO DA ROCHA - ID 21408734, APROVO a fixação dos proventos de inatividade da servidora no cargo de Auxiliar Administrativo no Grupo II - Nível 5, do Quadro Suplementar de Pessoal, com validade a contar de 08.10.2018, por ter sido aposentada nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/568/2017 - MARISE LUTTERBACH MASAUD - ID 21426058, AUTORIZO a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 03 (três) meses de licença prêmio relativa ao período de 23.05.1990 a 21.05.1995.

DE 15.10.2018

PROCESSO Nº E-23/2017/532/2008 - MILTON GUEY SEABRA - ID 21366241, CONCEDO 06 (seis) meses de licença prêmio relativa ao período de 10.12.2005 a 07.12.2015.

DE 20.10.2018

PROCESSO Nº E-23/003/1137/2016 - ANA DILA JAUHAR DE SOUZA XIMENES - ID 21419434, APROVO a reafirmação dos proventos de inatividade da servidora no cargo de Assistente Administrativo no Grupo III - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 23.11.2016, por ter sido aposentada nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DE 22.10.2018

PROCESSO Nº E-22/200569/1998 - LYS CRISTINA SILVA TAVARES SAMEL - ID 21419060, CONCEDO 03 (três) meses de licença prêmio relativa ao período de 25.10.2013 a 23.10.2018.

DE 23.10.2018

PROCESSO Nº E-26/013/10028/2018 - REGINA MARIA PEREIRA DUARTE - ID 32384041, APROVO a fixação dos proventos de inatividade da servidora no cargo de Advogada no Grupo V - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentada nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/10057/2018 - JOSE CARLOS DE OLIVEIRA - ID 21376549, APROVO a fixação dos proventos de inatividade do servidor no cargo de Assistente Administrativo no Grupo III - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentado nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/10029/2018 - MANON CALIOCANE CORREA SANTA MARINHA - ID 21329532, APROVO a fixação dos proventos de inatividade do servidor no cargo de Assistente Administrativo no Grupo III - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentado nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/10026/2018 - ADRIANO PEREZ - ID 21342458, APROVO a fixação dos proventos de inatividade do servidor no cargo de Engenheiro no Nível G, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentado nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/10033/2018 - LUCIA MARIA MOURA FERREIRA AMERICO DOS REIS - ID 21330549, AUTORIZO a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 03 (três) meses de licença prêmio relativa ao período de 18.05.1990 a 16.05.1995.

PROCESSO Nº E-23/003/437/2013 - REGINA CELIA COSTA COELHO DE OLIVEIRA - ID 21411367, CONCEDO 03 (seis) meses de licença prêmio relativa ao período de 05.09.2012 a 03.09.2017.

ID: 2141563

FUNDAÇÃO LEÃO XIII
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHOS DO DIRETOR
DE 15.10.2018

PROCESSO Nº E-23/2014/485/1999 - BETHANIA DA SILVA FERNANDES - ID 21442240, TORNA SEM EFEITO a publicação efetuada no D.O. de 14.12.1999 - página 12, por ter sido publicado com incorreções.

PROCESSO Nº E-23/2014/485/1999 - BETHANIA DA SILVA FERNANDES - ID 21442240, TORNA SEM EFEITO a publicação efetuada no D.O. de 24.10.2011 - página 40, por ter sido publicado com incorreções.

PROCESSO Nº E-23/2014/485/1999 - BETHANIA DA SILVA FERNANDES - ID 21442240, CONCEDO 09 (nove) meses de licença prêmio relativa ao período de 03.03.1995 a 29.02.2000, 04.08.2008 a 30.03.2013 e 31.03.2013 a 29.03.2018.

ID: 2141568

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DESPACHOS DA PRESIDENTE
DE 25.10.2018

PROC. Nº E-26/012/006/2018 - RATIFICO a inexistência de licitação, a favor da Concessionária Águas de Niterói S/A, no valor de R\$ 8.106,31 (oitto mil cento e sessenta e três reais e trinta e um centavos), referente ao mês de setembro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

PROC. Nº E-26/012/014/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação, a favor da Concessionária Ampla - Energia e Eletricidade S/A, no valor de R\$ 5.951,07 (cinco mil novecentos e cinquenta e um reais e sete centavos), referente ao mês de setembro de 2018, para atender despesa com fornecimento energia elétrica, com base no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

ID: 2141502

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DESPACHOS DA PRESIDENTE
DE 26/10/2018

PROC. Nº E-26/012/425/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS HOMENS DE AVANHA - AEDHA - BETEL, no valor de R\$ 173.052,99 (cento e setenta e três mil cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos), referente à dívida correspondente aos meses de julho de dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/439/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição CASA DO MEIO S/O MIGUEL ARCANJO, no valor de R\$ 328.564,77 (trezentos e vinte e oito mil quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos), referente à dívida correspondente aos meses de janeiro a dezembro/2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/430/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição INSTITUTO MAHER - LAR SANTA CATARINA, no valor de R\$ 30.698,28 (trinta mil seiscentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/426/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA PROJETO CRIANÇA FELIZ, no valor de R\$ 113.298,00 (cento e treze mil duzentos e noventa e oito reais), referente à dívida correspondente aos meses de julho a

dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/427/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA, no valor de R\$ 147.648,20 (cento e quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/397/2016 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição CASA DO CAMINHÃO, no valor de R\$ 113.940,00 (cento e treze mil novecentos e quarenta reais), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/433/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição LAR JESUS É AMOR, no valor de R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

ID: 2141722

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DESPACHO DA PRESIDENTE
DE 26.10.2018

PROC. Nº E-26/012/012/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação a favor da Concessionária Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no valor de R\$ 2.517,91 (dois mil quinhentos e dezasseis reais e noventa e um centavos), referente ao mês de novembro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

ID: 2141635

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE PESSOAL
DESPACHO DA GERENTE
DE 22.10.2018

PROC. Nº E-12/10041/1995 - MARLENE PELIZON DOS SANTOS, 175218-7, ID 2856753-6, DE acordo com o disposto no art. 129 do Decreto nº 247/79, de 08.03.1979, seja publicado os 18 (dezoito) meses de Licenças-Prêmio referentes aos períodos base de: 12.02.1988 a 10.02.1993; 11.02.1993; 01.04.1998; 02.04.1998 a 31.03.2003; 01.04.2003 a 30.03.2008; 31.03.2008 a 29.03.2013 e 30.03.2013 a 28.03.2018, TORNA SEM EFEITO o despacho de 27.02.1998, publicado no DOERJ de 03.03.1998.

ID: 2141237

Secretaria de Estado de Transportes
DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 24.10.2018

PROCESSO Nº E-10/001/100175/2018 - DETERMINA A PRORROGAÇÃO da vigência da Resolução SETRANS Nº 1312/2018, pelo prazo de 20 (vinte) dias úteis.

ID: 2141564

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 17.10.2018

PROC. Nº E-10/005/13916/2017 - AUTORIZO a Empresa A. P. PAES DOS SANTOS ME, nome fantasia Transporte e Turismo D'Moraes, inscrita no CNPJ sob o nº 05.342.381/0001-41, a operar o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento turístico, como agência de turismo com frota própria, adotando o registro RJ-976 e utilizando o veículo de placa KRZ8374.

DE 22.10.2018

PROC. Nº E-10/005/2551/2018 - DEFIRO, com base nos pareceres da Diretoria Técnica Operacional e da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/105073/2018 - APROVO o modelo de planta nº 11364718, requerido por San Marino Ônibus Ltda, com as seguintes especificações: Carroceria: Ônibus urbano modelo Spectrum 325, com ar condicionado. Chassi: M. Benz OF-1721 Euro V Distância entre eixos: 6.500mm. Lotação: 50 passageiros sentados. Obs.: Com Dispositivo de Poltrona Móvel (D.P.M.).

PROC. Nº E-10/005/105075/2018 - APROVO o modelo de planta nº 11324267, requerido por San Marino Ônibus Ltda, com as seguintes especificações: Carroceria: Ônibus urbano modelo Mega, com ar condicionado e plataforma elevatória no entre eixo do veículo. Chassi: M. Benz OF-1721 Euro V Distância entre eixos: 5.950mm Lotação: 41 passageiros sentados e 31 passageiros em pé; 1PDD

DE 23.10.2018

PROC. Nº E-10/005/13188/2017 - DEFIRO o abono permanência, do servidor ESPEDITO VIEIRA PIMENTEL, Agente Auxiliar Administrativo, quadro suplementar, nos termos do artigo 3º, §1º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, e com base na Resolução Sare nº 3026/2004.

PROCESSO Nº E-10/005/106512/2018 - AUTORIZO o parcelamento de débito.

DE 25.10.2018

PROC. Nº E-10/005/6652/2018 - INDEFIRO, com base no despacho da Diretoria Técnica Operacional.

ID: 2141574

Secretaria de Estado do Ambiente
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
APOSTILA DO DIRETOR- INTERINO
DE 25/10/2018

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 004/2016 celebrado no dia 31 de agosto de 2016 e publicado no DOERJ de 02 de setembro de 2016. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente, o Gestor Operacional FUNBIO - Fundo Brasileiro para Biodiversidade, com a intervenção do Instituto Estadual do Ambiente - INEA e do Gestor Financeiro Bradesco S.A.. OBJETO: Promover a alteração da Cláusula Décima-Primeira - D.O. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO, do Acordo de Cooperação nº 004/2016, para a seguinte redação: "A Subsecretaria Adjunta de Planejamento - SAP da SEA exercerá o

controle e a fiscalização sobre a operação do FMA, mediante a supervisão e o acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste instrumento". Em razão da alteração promovida, registre-se o presente apostilamento à margem do Acordo de Cooperação nº 004/2016 respectivo. PROCESSO Nº 07/001396/2015.

ID: 2141660

COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL
ATO DO PRESIDENTE
DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.223 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018
EXPEDE LICENÇA PRÉVIA.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 23/10/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009, e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015.

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/510.988/2011, referente ao requerimento de Licença Prévia da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI para implantação do Núcleo Industrial de Paracambi, localizado na Estrada RJ-127, s/n, Cabral, Município de Paracambi,

- a Audiência Pública realizada no dia 09/12/2015, e

- o Parecer Técnico de Licença Prévia PRES/CEAM nº 18/2018, da CEAM/NEA.

DELIBERA:

Art. 1º - Expedir Licença Prévia - LP para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI para implantação do Núcleo Industrial de Paracambi, localizado na Estrada RJ-127, s/n, Cabral, Município de Paracambi.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

ID: 2141598

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 25/09/2018

DESIGNA CLAYTON RIBEIRO COSTA, Engenheiro C, como Presidente, **CELSO SOARES SILVA**, Agente de Saneamento I, **ARILDO CESAR NOGUEIRA DE CASTRO** e **IVALDO DOS SANTOS DE SOUZA**, Agentes de Saneamento D, como membros titulares e **MARCO AURELIO LIMA MARQUES**, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDEAE", de que trata o Processo E-07/100.383/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.257/2018.

ID: 2141603

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 25/09/2018

DESIGNA YARA MARILIA DA SILVA BALDUINO, Contadora C, como Presidente, **CELSO SOARES SILVA**, Agente de Saneamento I, **FRANILEI BADINI DE ALMEIDA**, Contador C, como membros titulares e **MARCO AURELIO LIMA MARQUES**, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato **ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Saneamento H e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDEAE", de que trata o Processo E-07/100.383/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.258/2018.

ID: 2141606

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 05/10/2018

DESIGNA ADAO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento C, como Presidente, **MARCOS LANIS BRAVO**, Agente de Saneamento F e **YARA MARILIA DA SILVA BALDUINO**, Contadora C, como membros titulares e **JANIO MARCIO OLIMPIO**, Agente de Saneamento B, como membro suplente, Gerente do Contrato, **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos e **ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Saneamento H, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ASSISTÊNCIA AO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA UNIVERDEAE", de que trata o Processo E-07/100.067/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.270/2018.

ID: 2141687

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/10/2018

DESIGNA LEANDRO COUTO ROSA, Técnico de Laboratório II, como Presidente, **ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA**, Analista de Qualidade C e **LEONEL FAGUNDES DE ASSIS**, Agente de Saneamento I, como membros titulares e **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA**, Técnico de Laboratório II, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE COLORIMETRO MICROPROCESSADO DIGITAL E REAGENTES DPD CLORO LIVRE", de que trata o Processo E-07/100.224/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.292/2018.

ID: 2141739

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 25/10/2018

DESIGNA CARLA ROBAINA DE ARAUJO, Técnico de Contabilidade II, como Presidente, **RENATO FERREIRA COELHO**, Técnico de Contabilidade II, **HELMUT ALEXANDRE DE PAULA**, Contador B, como membros titulares e **RENATO DA SILVA FERREIRA**, Assessor de Diretoria, como membro suplente, Gerente do Contrato **ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Saneamento H, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.664 de 07/12/2010, bem como **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA PRECE E CAC, CONFORME DE-LIBERAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2018", de que trata o Processo nº E-07/100.244/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.299/2018.

ID: 2141743

nº E-07/002.11386/2015, convocou Audiência Pública para apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, com relação ao requerimento de Licença Prévia da Empresa SEFETIBA TEC S/A para obras de expansão do Terminal de Contêineres, localizado na Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco s/n, Porto de Itaguai, Ilha de Madureira, Município de Itaguai. Audiência está a ser realizada no dia 05/12/2018, às 19h00 horas, no Salão de Festas Cochocho Festas, situado na Rua Coronel Macedo Soares nº 19, Centro, Município de Itaguai, sob a presidência de Mauricio Couto Cesar Junior, secretariado por Paulo Roberto Bento Carneiro e, na suplência da secretária, Ana Claudia dos Santos Campos.

Id: 2141590

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato INEA nº 49/2018. **PARTE:** Instituto Estadual do Ambiente - INEA e PROCEC ENGENHARIA S/A. **OBJETO:** Recuperação e reforço estrutural de paredes internas da edificação do laboratório do Instituto Estadual do Ambiente - INEA. **PRazo:** 02 (dois) meses. **VALOR:** R\$ 327.387,41 (trezentos e vinte e sete mil trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), a ser pago pela contratante. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/1993. **DATA DE ASSINATURA:** 25/10/2018. **PROCESSO Nº E-07/002.104521/2018.**

Id: 2141769

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a **AUTO DE CONSTATÇÃO Nº SUPBIEAI/00118559**, Processo Nº E-07/002.104843/2018, **CONVOCA:**

NOME: AREAL DO BETO EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LTDA., CNPJ/CPF Nº 09.202.713/0001-02 **ENDEREÇO:** Rodovia Br-040, Km 59 - Itaipava - Petrópolis - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Constatção SUPBIEAI/00118559, emitido pela extração de areia sem licença ambiental, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a **AUTO DE CONSTATÇÃO Nº SUPBIEAI/00118183**, Processo Nº E-07/002.018201/2012, **CONVOCA:**

NOME: FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS, CNPJ/CPF Nº 583.885.087-68 **ENDEREÇO:** Estrada do Caxambu, 3.003 - Secretário - Petrópolis - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Constatção SUPBIEAI/00118183, emitido pela extração de areia sem licença ambiental, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a **AUTO DE CONSTATÇÃO Nº SUPBIEAI/001042279**, Processo Nº E-07/002.0899/2002, **CONVOCA:**

NOME: SOCIEDADE AGRO PASTORIL V. PARAIBA LTDA., CNPJ/CPF Nº 34.113.084/0001-91 **ENDEREÇO:** Estrada Ernesto J. S. Leal, 2035 - Matosinhos - Paraíba do Sul - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência da NOTIFICAÇÃO/001042279, emitida para suspensão da exigibilidade da multa e sua conversão em serviços, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a **AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00145328**, Processo Nº E-07/002.10887/2014, **CONVOCA:**

NOME: AMARELINHO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/CPF Nº 12.969.911/0001-72

ENDEREÇO: Estrada dos Pinheiros S/N Lote B10 - Burucussu - São José do Vale do Rio Preto - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Infração SUPBIEAI/00145328 emitido pelo não atendimento as determinações da notificação SUPBIEAI/001039198, a Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a **AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00146417**, Processo Nº E-07/002.2480/2015, **CONVOCA:**

NOME: AREAL SERRANO LTDA ME, CNPJ/CPF Nº 18105439/0001-44 **ENDEREÇO:** Estrada Silveira da Motta, 25.015 - Centro - São José do Vale do Rio Preto - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Infração SUPBIEAI/00146417 emitido por dificultar a ação de fiscalização do INEA, a Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a **AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00145298**, Processo Nº E-07/002.15566/2014, **CONVOCA:**

NOME: GILBERTO VIEIRA DALVES, CNPJ/CPF Nº 021.900.087-51 **ENDEREÇO:** Estrada União e Indústria, 34453 - Pedro do Rio - Petrópolis - RJ.

O convocado ou sua representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Infração SUPBIEAI/00145298 emitido por realizar extração de areia sem uma Licença Ambiental ou autorização do DNPM, a Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2141768

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00151141

NOME: Município de Angra dos Reis, CNPJ/CPF Nº: 29.172.467/0001-09. **ENDEREÇO:** Praça Nilo Pecanha, 186 - Centro, Município: Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por operar as atividades de uma estrutura de apoio náutico, localizada no bairro Pontal, dentro da poligonal da APA dos Tamoios sem possuir a devida licença ambiental, infringindo o artigo 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **ENQUADRAMENTO:** art. 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 62.251,89. **PROCESSO Nº E-07/002.13874/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00151132

NOME: Porto Bali Residence Resort, CNPJ/CPF Nº: 08.197.727/0001-12. **ENDEREÇO:** Estrada do Marins, 111 - Praia do Jardim. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por deixar, sem justa causa, de cumprir intimações dos órgãos ambientais. **ENQUADRAMENTO:** art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 2.230,24. **PROCESSO Nº E-07/002.30904/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00151125

NOME: Município de Angra dos Reis, CNPJ/CPF Nº: 29.172.467/0001-09. **ENDEREÇO:** Praça Nilo Pecanha, 186 - Centro, Município: Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por operar as atividades de uma estrutura de apoio náutico, localizada na ilha da Cadeira, dentro da poligonal da APA dos Tamoios, sem possuir a devida licença ambiental, infringindo o artigo 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **ENQUADRAMENTO:** art. 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 62.251,89. **PROCESSO Nº E-07/002.13877/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00151135

NOME: Porto Bali Residence Resort, CNPJ/CPF Nº: 08.197.727/0001-12. **ENDEREÇO:** Estrada do Marins, 111 - Praia do Jardim. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por instalar atividade, sem possuir licença de instalação. **ENQUADRAMENTO:** art. 83 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 22.994,99. **PROCESSO Nº E-07/002.30903/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEAI/00151198

NOME: Dario Derezzi Filho, CNPJ/CPF Nº: 097.579.707-78. **ENDEREÇO:** Condomínio Village Itaipirapuan - Pontal, Município: Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Pelo não atendimento à notificação nº SUPBIEAI/00108640 com base no artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **ENQUADRAMENTO:** art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 2.157,52. **PROCESSO Nº E-07/002.1104/2018.**

Id: 2141765

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A **PREGOIRA E EQUIPE DE APOIO**, designados pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 040/2018

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO".

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/10/2018, ÀS 09:00 HORAS

DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/11/2018, ÀS 10:45 HORAS

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12/11/2018, ÀS 10:50 HORAS

DATA E HORARIO DO PREGÃO: 12/11/2018, ÀS 11:00 HORAS

PORTAL: www.compras.rj.gov.br

NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 22391

AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a entrega de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 405 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2141766

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 141/2018 (DF).

PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PARANA SOLUÇÕES LOGÍSTICAS E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE TUBULAÇÃO DE VÁRIOS DIÂMETROS".

PRazo: 90 (noventa) dias.

VALOR: R\$ 124.100,00 (cento e vinte e quatro mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/10/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.152/2018 (Pregão Eletrônico nº 359/2018).

Id: 2141662

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

"INSTRUMENTO: CONTRATO Nº 073/2018 DE MÚTUA FENERATÓCIO.

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DA CEDAE - CASAC.

OBJETO: "TRANSFERÊNCIA DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) PELA CEDAE, DIRETA E PESSOALMENTE À CASAC".

PRazo PARA PAGAMENTO: 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

DATA DE ASSINATURA: 18/05/2018

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.457/2013.

*Omitido no D.O. 21/05/2018.

Id: 2141760

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 142/2018 (DF).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS.

OBJETO: "SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDAE".

PRazo: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 3.239.982,24 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.383/2018 (Pregão Eletrônico nº 357/2018).

Id: 2141684

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 143/2018 (DF).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS S/A.

OBJETO: "SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDAE".

PRazo: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 2.168.644,80 (dois milhões, cento e sessenta e oito mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.383/2018 (Pregão Eletrônico nº 357/2018).

Id: 2141685

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 142/2018 (DF).

PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ELEVADOR BIVALVA LTDA - ERL.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ASSISTÊNCIA AO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA UNIVERSIDADE".

PRazo: 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/10/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.067/2018 (Pregão Eletrônico nº 360/2018).

Id: 2141689

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo Nº 01 ao Contrato CEDAE nº 108/2017 (DT).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO SANEANDO BELFORD ROXO.

OBJETO: Rerratificação de Itens da Planilha Orçamentária, com acréscimo e redução de valor.

PRazo: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 2.886.363,87 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil trezentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos), correspondente a 3,69% (três vírgula sessenta e nove por cento) do valor inicial do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.368/2014 (Dispensa de Licitação nº 002/2017 - DT).

*Omitido no D.O. de 11/10/2018.

Id: 2141972

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo Nº 02 ao Contrato CEDAE nº 072/2016 (DT).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual, redução da taxa administrativa e alteração do prazo de pagamento, constantes na Cláusula Nona do Contrato.

PRazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 27.704.615,89 (vinte e sete milhões, setecentos e quatro mil seiscientos e quinze reais e oitenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.210/2016 (Pregão Eletrônico nº 019/2015).

*Omitido no D.O. de 24/08/2018.

Id: 2141688

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 369/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA VERTICAL, DUPLA SUÇÃO E DUPLA VOLT.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe teve sua realização adiada sine die.

Id: 2141523

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018/247100-01.

Partes: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e UNISERVICE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI.

Decisão: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, notificar essa empresa da decisão do CAN-

CELAMENTO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018/247100-01, celebrada em 02/03/2018, motivada por sua empresa ter descumprido regra constante no anexo II, subitem 5.10, do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2017, que entra em vigor, a partir da data desta publicação, com prazo de 05 (cinco) dias para apresentação do recurso, sem efeito suspensivo.

Id: 2141861

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2018

ASL-DF.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HI-DROJETAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BAIXADA FLUMINENSE E COSTA VERDE.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que se encontra à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.caixa.gov.br ou www.cedae.com.br/licitacao, a Errata 01 (EDITAL CONSOLIDADO) ao Edital.

Id: 2141699

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 372/2018

ASL-DF.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUBSTRATO ENZIMÁTICO DEFINIDO ONPG - MUG 24 HORAS.

DATA DA ETAPA DE LANÇES: 12/11/2018 - Horário: 11:00 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitacoes.caixa.gov](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)